

## **O Conde de Paço D`Arcos: Um diplomata, um militar, um político, no início da República brasileira**

João Júlio Gomes dos Santos Júnior\*

**Resumo:** Carlos Eugênio Correia da Silva, o Conde de Paço D`Arcos, foi o primeiro diplomata português credenciado para representar a Coroa portuguesa no Brasil no início do período republicano. Militar de carreira da Armada portuguesa foi administrador das colônias e político ligado ao Partido Regenerador de Portugal. Durante sua Missão Diplomática no Brasil (1891-1893), o Conde de Paço D`Arcos foi um observador privilegiado dos embates políticos presentes nos primeiros anos da República. O objetivo desse trabalho é perceber de que forma a sua condição de militar e político condicionaram sua visão crítica sobre a situação política nacional e a instabilidade do novo regime. A hipótese aqui levantada é que sua formação como militar, respeitador da hierarquia, e sua atuação como administrador e político conservador, orientaram sua percepção sobre a política brasileira.

**Palavras-chave:** Conde de Paço D`Arcos; diplomacia; política.

**Abstract:** Carlos Eugênio Correia da Silva, the Count of Paço D`Arcos, was the first Portuguese diplomat who received credentials to represent the Portuguese Crown on the Republic of Brazil. Military officer of the Portuguese Navy, he was a colonial administrator and a politician of the Regenerator Party of Portugal. During his Diplomatic Mission in Brazil (1891-1893), the Count of Paço D`Arcos was a privileged observer of political discussions in the Republic's first years. The aim of this work is to perceive how his condition as a military officer and politician influenced his critical view of Brazilian's political situation, as well as the instability of the new regime. The hypothesis raised here is that his formation as a military officer, always respecting the hierarchy, and his performance as an administrator and a conservator politician, oriented his perception about Brazilian politics.

**Key-words:** Count of Paço D`Arcos; diplomacy; politic.

O presente artigo tem por objetivo mostrar de que forma a percepção política do Conde de Paço D`Arcos sobre o período do início da República brasileira, foi pautado por uma cultura política de uma época. A parte inicial contempla alguns aspectos de sua biografia; a segunda parte trata sobre a situação política portuguesa no século XIX; a terceira é destinada para análise de alguns documentos produzidos por esse diplomata em sua Missão no Brasil.

*Quem foi o Conde de Paço D`Arcos?*

Carlos Eugênio Correia da Silva nasceu em 17 de Dezembro de 1834. Seu pai era funcionário público da Marinha portuguesa. Sua mãe era filha de lavradores e comerciantes

---

\* Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), orientado pelo Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz. Bolsista CNPq.

da região de Paço D`Arcos e arredores. Sua primeira instrução foi na Escola Politécnica<sup>1</sup>, uma instituição de ensino que era a formação inicial da elite portuguesa. Logo depois seguiu para a Escola Naval<sup>2</sup>, tendo feito nessa instituição a sua iniciação na Marinha portuguesa. A atuação de Carlos Eugênio Correia da Silva enquanto oficial da Marinha se deu ao redor do mundo, em viagens pelo Império Colonial português. Sua primeira viagem com a Marinha de guerra portuguesa foi para os mares da China em 1853. Carlos Eugênio tinha 18 anos na época.

Em 1876, Carlos Eugênio, que já havia entrado para política portuguesa a partir da deputação na Câmara dos Deputados<sup>3</sup> pelo Partido Regenerador, foi nomeado Governador de Macau e Timor. Permaneceu nesse posto durante três anos, e nesse período, foi feito Visconde de Paço D`Arcos. Em 1879, Carlos Eugênio adoeceu gravemente e foi retirado da administração de Macau e Timor. Já recuperado em 1880, foi nomeado Governador do Moçambique. Permaneceu nesse posto até 1882, quando foi nomeado Governador da Índia, o posto mais alto da administração colonial portuguesa, onde ficou até 1885.

Em função de doença da esposa, Carlos Eugênio retornou para Lisboa e exonerou-se do cargo de Governador da Índia no final de 1885. Logo em seguida foi eleito Par do Reino pelo distrito de Lisboa. No início de 1888, o Visconde de Paço D`Arcos foi nomeado superintendente do Arsenal da Marinha, sendo o responsável pela construção de alguns navios para a Armada portuguesa. Nessa mesma época, foi agraciado com a honra de Ajudante do Rei D. Luís<sup>4</sup>. Nesse contexto histórico é que a monarquia brasileira termina em 15 de novembro de 1889.

No dia 16 de janeiro de 1890, o Visconde de Paço D`Arcos foi nomeado Governador Civil de Lisboa e, simultaneamente com essa responsabilidade, também assumiu novamente lugar na Câmara dos Pares.

---

<sup>1</sup> O Real Colégio dos Nobres foi criado em 7 de Março de 1761 e funcionou até 4 de Janeiro de 1837. A instituição foi extinta por decreto por ser incompatível com o regime liberal. As suas instalações deram origem à Escola Politécnica, que era tutelada pelo Ministério da Guerra e pelo Ministério da Marinha e Ultramar, e tinha por objetivo preparar para as carreiras militares que necessitavam de base científica.

<sup>2</sup> Em 1782 foi criada a Academia Real dos Guardas Marinhas, essa instituição recebia os melhores alunos da Academia Real da Marinha, ou aqueles com ascendência nobre, e os preparava como oficiais da Marinha Real. Essa instituição, em 1807, em função da invasão napoleônica foi transferida conjuntamente com toda a Corte portuguesa para o Brasil, onde funcionou entre 1808 e 1822. Em função da Independência brasileira, a Academia Real dos Guardas Marinhas se dividiu em duas, a brasileira e a portuguesa. A vertente brasileira deu origem a Escola Naval no Brasil. A co-irmã portuguesa retornou a Portugal e funcionou até 1845, ano em que D. Maria II, em um decreto, mudou seu nome para Escola Naval de Portugal, ficando essa instituição como responsável por formar os oficiais da Armada Real portuguesa.

<sup>3</sup> A Constituição de 1826 previa duas Câmaras. A Câmara dos Pares, em que seus membros tinham o tratamento de Dignos Pares do Reino, e a Câmara dos Deputados, que tinham o tratamento de Senhores Deputados da Nação portuguesa. Ver a constituição portuguesa de 1826 no seu formato completo e a atribuição de cada uma das câmaras no site: <http://www.argnet.pt/portugal/liberalismo/c1826t4.html>.

<sup>4</sup> No entanto, D. Luís morre meses depois em outubro de 1889, sendo sucedido por D. Carlos.

Após o reconhecimento português da República brasileira, em 20 de setembro de 1890, dois proeminentes membros da colônia portuguesa no Brasil, foram procurar o Visconde de Paço D’Arcos, solicitando que esse aceitasse ser nomeado representante diplomático português no Brasil. Ao ser exonerado do cargo de Governador Civil de Lisboa, Carlos Eugênio foi feito Conde de Paço D’Arcos, e mais tarde, pelo decreto do governo de 14 de outubro de 1890, o agora Conde de Paço D’Arcos, foi nomeado Ministro Plenipotenciário no Brasil<sup>5</sup>.

### *A situação política de Portugal no século XIX*

Essa breve descrição das origens sociais do Conde de Paço D’Arcos, assim como as instituições nas quais estudou, seriam suficientes para deduzirmos o seu conservadorismo. Se somarmos o argumento que Carlos Eugênio teria se socializado com outros indivíduos com a mesma formação no transcorrer de suas experiências na Marinha, o argumento do conservadorismo ganha corpo. Porém, ao analisarmos mais atentamente sua trajetória pessoal, percebemos que existem outros elementos explicativos para o seu conservadorismo que vão além do treinamento e da socialização.

O contexto em que se dá a sua formação, tanto na Escola Politécnica quanto na Escola Naval, é de extrema instabilidade política em Portugal. Desde a Revolução Liberal de 1820, o país sofria com os distúrbios e disputas entre facções políticas pelo controle do governo, pelas disputas eleitorais e pelos cargos administrativos do Estado (BONIFÁCIO, 1992). A instabilidade política e social só foi contornada após a Revolução Regeneradora de 1851, em que marcou a ascensão do Partido Regenerador e o início do *rotativismo* político em Portugal<sup>6</sup>.

O Partido Regenerador era bem visto pelo Paço justamente por ser ordeiro e *cartista*<sup>7</sup>. Os grupos políticos contrários aos Regeneradores tiveram que se reunir para disputar o mando político, dando origem ao Partido Progressista em 1876, que reforçou a engrenagem de

---

<sup>5</sup> A Missão do Conde de Paço D’Arcos no Brasil compreendeu o período de 2 de Junho de 1891 até 20 de Setembro de 1893.

<sup>6</sup> O *rotativismo* é como ficou conhecido o período em que se fixaram as regras do jogo político baseado na partilha de poder entre os grupos políticos, nesse caso, sob a forma de alternância.

<sup>7</sup> O *cartismo* é como ficou conhecida na historiografia portuguesa o movimento político-social de defesa da Carta Outorgada por D. Pedro em 1826. A outra vertente constitucionalista de Portugal derivou do movimento político-social conhecido como *vintismo*, que deu origem a Constituição de 1822, que foi a constituição formada da Revolução Liberal de 1820. A Carta se diferenciava da Constituição de 1822 principalmente por ter o Quarto Poder, o Poder Moderador, que se sobrepunha aos demais Poderes. Vale lembrar que ambos os projetos políticos eram liberais e se distinguiam do projeto absolutista.

partilha de poder (HOMEM, 2003: 20). Dessa forma, o período em que Carlos Eugênio teve sua formação educacional e suas primeiras experiências profissionais, foi o período em que se consolidou o conservadorismo político em Portugal.

Esse “conservadorismo liberal” (HOMEM, 2000: 263-281) gerou uma “cultura do patriotismo cívico” (RAMOS, 2001:47), em que os homens bem educados pertenceriam a uma comunidade que defenderiam a atividade política como sendo a forma mais alta de realização pessoal. Esse patriotismo estava colado à manutenção da ordem social e o fim dos pronunciamentos e levantamentos militares, típicos da época anterior à Revolução Regeneradora de 1851 (VALENTE, 2005).

Aqueles que estavam alijados do jogo político do *rotativismo* entre Regeneradores e Progressistas, os dissidentes e descontentes, reivindicavam a herança dos ideais do radicalismo *vintista* como um atestado de patriotismo genuíno. Foi a partir desses excluídos do jogo político que surgiu o Partido Republicano em 1876, que se apresentou como a alternativa política ao conservadorismo liberal, tanto dos Regeneradores quanto dos Progressistas, já que na prática política esses partidos pouco se diferenciavam entre si (HOMEM, 2000).

Portanto, em nossa análise, existiriam dois tipos de patriotismo. Em primeiro lugar, aquele que defendia a ordem social e se importava com o destino das instituições liberais; geralmente eram aqueles que estavam inseridos no jogo político. Em segundo lugar, aquele patriotismo que via nessa ordem conservadora as raízes das mazelas sociais, e identificavam a monarquia como principal obstáculo aos interesses da população. Carlos Eugênio estava inserido no primeiro grupo de patriotas. Ou seja, um defensor da ordem social.

Ao assumir a sua função de diplomata no Brasil, o Conde Paço D`Arcos levou consigo toda uma forma de ver o mundo a partir de um viés conservador, que era próprio de uma época, além de toda sua experiência de político, militar e administrador colonial. O seu conservadorismo estava intimamente ligado a defesa da ordem social e da legitimidade dos governos, sendo um reflexo de sua trajetória pessoal e características comuns de uma cultura política.

#### *A Missão do Conde de Paço D`Arcos no Brasil*

A forma que o Conde de Paço D`Arcos observou a política nacional brasileira, em especial a Revolução Federalista e a Revolta de Armada, estão pautadas sob esse viés

conservador de manter a ordem legítima, assim como manter a hierarquia militar e social. São esses os posicionamentos que saltam aos olhos na documentação analisada por nós.

Um exemplo é o documento de 21 de Agosto de 1891. Ao relatar que as promoções no Exército e na Armada que ocorreram durante o Governo Provisório estariam sendo revistas por uma comissão de sindicância na Câmara, Paço D`Arcos diz que “os oficiais militares respondem a isso formando uma *Liga*, e nas suas reuniões, ao que conta a imprensa, passam-se e discutem-se cousas incríveis contra a disciplina”. Aquele que seria o responsável por cuidar desses assuntos, o Ministro da Guerra General Frota, se preocuparia somente com “questões fúteis”, como “proibindo aos oficiais que usem os casacos desabotoados ou que passem de chapéu de sol quando fardados”(SILVA, 1974: 88).

Em um documento de 4 de Setembro de 1891, Paço D`Arcos é claro ao afirmar que a consolidação do novo regime ainda estava por acontecer, pois “o período de inevitável transição pela mudança de instituições, vê-se que ainda não acabou e tarde terá seu termo” (SILVA, 1974: 89). A situação política interna do Brasil seria tão alarmante, que Paço D`Arcos fez, ainda no mesmo documento, uma previsão de grandes acontecimentos, já que “Fala-se pois muito numa reforma geral das instituições ou numa ditadura de força”.

As previsões de Paço D`Arcos se confirmam no dia 4 de Novembro de 1891, data em que Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional:

Esta previsão que eu fizera, pela leitura das sessões das Câmaras, pelos ataques dos jornais e pelas conversações dos políticos, vejo-a agora confirmada pelos artigos de alguns jornais, que só hoje conhecem para onde caminhavam.  
Diz-se hoje aqui em Petrópolis que o Presidente dissolveu o Congresso e assumiu a ditadura, e assevera-se que a mocidade das escolas (fautora ou colaboradora da revolta de 15 de Novembro) se levanta indignada, e esperam-se distúrbios, quando não mesmo uma revolução (SILVA, 1974: 98).

No dia 11 de Novembro de 1891, o Conde de Paço D`Arcos envia um telegrama para Lisboa informando que o “Rio Grande do Sul [estava] revoltado contra a ditadura” (SILVA, 1974: 99). Esse telegrama faz menção à revolta ocorrida no Rio Grande do Sul contra o governo do Júlio de Castilhos, que havia apoiado a ditadura do Deodoro da Fonseca. Essa revolta estaria, portanto, apoiando o Congresso Nacional, contra o governo de Deodoro<sup>8</sup>.

O desfecho da tentativa de Golpe de Estado de Deodoro da Fonseca e a sua deposição, foi relatada no telegrama de 23 de Novembro de 1891: “Marinha de guerra depôs Presidente

---

<sup>8</sup> O grupo político que subiu ao poder nesse momento no Rio Grande do Sul ficou conhecido na historiografia sul-rio-grandense como *governicho*; nome pejorativo que o próprio Júlio de Castilhos impôs ao governo que o substituiu no controle do Estado, através do periódico *A Federação*.

da Republica [o] qual entreg[ou] o governo [para o] marechal Peixoto vice-presidente. Este convoc[ou o] congresso; tudo tranqüilo” (SILVA, 1974: 105).

Aparentemente, a situação político-social do Rio Grande do Sul estava tranqüila para Paço D`Arcos. No entanto, no dia 17 de Junho de 1892, os republicanos chefiados por Júlio de Castilhos voltaram ao poder, gerando a seguinte interpretação em um documento datado de 20 de Julho de 1892:

Depois da revolta de 23 de novembro, que ergueu ao poder a situação Floriano, - restauração da legalidade- como se apregoava aos quatro ventos, governavam o Rio-Grande indivíduos desta situação, tendo sido derrubado naquele Estado o governo de Julio de Castilhos, que era o partidário de Deodoro e apoiara a ditadura do marechal primeiro presidente da Republica. Foi Rio Grande dos últimos Estados que se ligaram à *restauração da legalidade*, e celebrou-se tal acontecimento como uma vitória que pacificava o Brazil, como se disse. (o grifo é original do documento).

Ultimamente governava o Estado, em nome ou por conselho do governo federal, o general Visconde de Pelotas, quando de súbito um grupo insignificante de populares, estudantes e alguns policiais, proclamaram em Porto Alegre a restauração de Julio de Castilhos, hastearam a bandeira da revolta, que em breve se estende por todo o Estado, e o Visconde de Pelotas, apesar dos seus louros de valente militar, deixa o cargo sem resistência, entrega-o, por telegramas, ao general Silva Tavares, que estava em Bagé, e no entretanto Julio de Castilhos, proclamado novamente governador sem oposição, nomeia vice-governador Vitorino Monteiro, a quem confia as rédeas do governo.

Parte da grossa esquadrilha dos navios federais, liga-se aos revoltosos, e outra parte conserva-se fiel a Silva Tavares, que era até então o representante do governo federal; o mesmo fez o exercito.

No entretanto, sem que nada o fizesse supor (pelo menos a quem está fora de todas estas intrigas políticas), o marechal Floriano reconhece e apóia os revoltosos de Castilhos e Vitorino Monteiro, que passam a chamar-se *restauradores da legalidade*, e os que até ali estava com o governo federal transformaram-se por esse fato em revoltados, a quem se atira como cães danados!

Dão-se combates, crescem a desordem, e por fim, vencido, Silva Tavares foge para o estrangeiro e *proclama-se a legalidade* com o apoio do governo federal (SILVA, 1974: 161-162).

A interpretação de Paço D`Arcos sobre o fim do *governicho* e a volta dos republicanos chefiados por Júlio de Castilhos ao poder é permeada pelo conservadorismo e a legitimidade dos governos. A grande questão a ser entendida por esse diplomata é porque que aqueles que apoiaram o Congresso Nacional, em 23 de Novembro de 1891, viraram revoltosos.

Tanto o seu conservadorismo, como as suas defesas da ordem e da legitimidade dos governos, fizeram com que na sua avaliação, o grupo político exilado no Uruguai fosse considerado o verdadeiro defensor da legalidade e da ordem. Para esse diplomata, em um documento de 3 de Agosto de 1892, o movimento liderado por Júlio de Castilhos só teve êxito “pelo apoio que lhe deu o general Bernardo Vasques, comandante das forças militares federais, o qual fingindo completa isenção nas lutas internas do Estado, auxiliava Castilhos, moral e materialmente...” (SILVA, 1974: 166). Desses fatos ocorridos no Rio Grande do Sul

fazem com que Paço D`Arcos conclua no mesmo documento que “no estado atual da república brasileira, diz-se sempre *restauração da legalidade* toda a sedição que consegue ir avante e ter a força” (SILVA, 1974: 167).

As interpretações conservadoras e defensoras da ordem social e militar se deram também na capital federal. Em um documento de 12 de Julho de 1893, Paço D`Arcos relata que o deputado Valadares, um civil, teria questionado a verba pedida para as escolas militares. Isso teria causado uma “*estudiantada*” à semelhança das que ocorriam em Paris, porém, aqui “faltavam as barricadas e o proletariado socialista (que aqui não há) a defendê-las e a farçada foi ridícula, embora constituísse uma verdadeira insubordinação militar e social”. Esses estudantes<sup>9</sup> teriam sido “conduzidos, capitaneados e influídos por um tenente, um alferes e um cadete também estudantes da escola superior de guerra” para um protesto na Câmara dos Deputados. O protesto consistia em “dar vaias ao deputado e assentar-lhe nas solas um par de ferraduras” (SILVA, 1974:228).

Como conseqüência desse protesto, o governo teve que tomar atitudes e prender os líderes do motim para dar segurança ao Congresso. Porém, os jornais florianistas que defenderam a atuação do governo nessa situação de crise, também pediram “desculpas e perdão de tanto rigor à nobre corporação acadêmica, à ilustrada mocidade, aos fundadores da Republica, aos iniciadores do 15 de Novembro, aos homens prestantes do futuro!” (SILVA, 1974: 229).

Não foram diferente as observações de Paço D`Arcos sobre a Revolta da Armada. Essa revolta, por acontecer na capital federal e estar o próprio diplomata perto dos acontecimentos, tomou a atenção desse observador internacional privilegiado.

No dia 6 de Setembro de 1893, Paço D`Arcos envia um telegrama para Lisboa dizendo que havia recebido um telegrama do governo brasileiro que comunicava que “parte da esquadra suble[vou-se] contra governo; esse diz que conta com força armada [para] manter [a] ordem [na] cidade mas não pode responsabilizar[-se pelo] bombardeio contra o Rio de Janeiro” (SILVA, 1974: 255).

O que se viu depois disso é a tentativa do governo Floriano de conquistar o apoio diplomático internacional para fazer frente à revolta. Porém o líder da revolta, Custódio de Melo, avisou que iria bombardear a cidade caso Floriano não renunciasse. Como Floriano não renunciou, Custódio de Melo ordenou o ataque. O Conde de Paço D`Arcos descreveu da seguinte forma no documento do dia 16 de Setembro de 1893:

---

<sup>9</sup> Sobre a participação dos estudantes das escolas militares como percussores do movimento republicano de 15 de Novembro ver: (CASTRO, 1995)

Com efeito no dia 13 efetuou-se o bombardeamento, como fora anunciado, vindo contudo bastantes granadas rebentar dentro da cidade, onde o pânico foi extraordinário. Não se pintam as cenas de terror que por ali se deram! As lojas fechavam, as casas eram abandonadas pelas famílias! E pelas ruas e praças viam-se mulheres, crianças e homens enlouquecidos pelo terror, procuravam em desapoderada fuga alcançar os subúrbios da cidade, onde ao menos não ouvissem o troar da artilharia e o assobiar dos projéteis (SILVA, 1974: 270).

Contudo, mesmo bombardeando a cidade, a conduta de Custódio de Melo era interpretada enquanto correta, uma vez que estava apenas respondendo a provocações das tropas governistas. No mesmo documento do dia 16 de Setembro, Paço D`Arcos afirma que “O Marechal mandara colocar pelas alturas e pelos cais peças de artilharia que embora pequenas e de insignificante perigo para a esquadra, incomodavam a esta como mordeduras de moscardos, que se torna necessário afastar”.

O resultado desta contenta foi o auxílio dos navios de guerra estrangeiros que estavam na Bahia de Guanabara, que baseados no direito internacional, consideraram o Rio de Janeiro cidade aberta, sendo proibido o seu bombardeamento. A ordem social era uma preocupação constante de Paço D`Arcos, não apenas em função do grande números de portugueses que viviam no Rio, mas também em função dos interesses internacionais envolvidos no conflito. Dessa forma, durante o período em que os navios internacionais evitavam o confronto entre as partes envolvidas, o governo Floriano aproveitava para se armar melhor e armar a população, o que causava preocupação em Carlos Eugênio em documento de 6 de Outubro de 1893:

Quase todos os dias há combates entre a esquadra revoltada e as fortalezas e as balas ou granadas perdidas vem a cair na cidade e fazem estragos e causam mortes. O pânico é geral; mas se todos receiam e temem um bombardeamento dos revoltosos, não é menor o temor de um saque por parte da canalha armada que a pretexto de batalhões de voluntários e guarda nacional faz a guarnição da cidade. O Governo deu armas a todos que as exigiram e formaram-se agremiações militares que, mais que batalhões, são verdadeiras quadrilhas. Todos receiam portanto que em um ato de desespero, ao ver-se perdido se a revolução for vencedora, o governo do Marechal possa dar de rédeas a essa cabalha que praticará horrores; ou que mesmo antes de uma ocasião semelhante, estes bandos indisciplinados queiram entregar-se a pilhagem, sem que o Governo tenha forças para os conter (SILVA, 1974: 281)

O Conde de Paço D`Arcos acompanhou todos os desdobramentos dessa disputa entre revoltosos e governo com muita atenção. A sua percepção política foi orientada pelo conservadorismo, pela defesa da ordem e da legalidade, e se fizeram presentes em todo período de sua Missão. Contudo, ele não permaneceu em seu posto para ver os revoltos pedirem asilo político nas corvetas portuguesas. Esse fato gerou um mal estar tão grande entre Brasil e Portugal, que acabou por haver corte das relações diplomáticas entre os dois países

em 1894, só sendo retomadas as atividades diplomáticas em 1895 (GONÇALVES, 1995: 150).

*Referências Bibliográficas*

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “A guerra de todos contra todos: ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração”. IN: *Análise Social*. Vol. XXVII (115), 1992 (I. °). Pg. 91-134.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1995.

GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995.

HOMEM, Amadeu Carvalho. Liberalismo, democracia e socialismo na História Contemporânea de Portugal. IN: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco, et al (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e ideologia*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 15-28.

\_\_\_\_\_. Jacobinos, Liberais e Democratas na edificação do Portugal Contemporâneo. IN: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p. 263-281.

RAMOS, Rui (coord.). A Segunda Fundação (1890-1926). IN: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Edição revisada e actualizada. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. [v.6.].

SILVA, Henrique Corrêa da Silva (org.). *Missão Diplomática do Conde de Paço D’Arcos no Brasil (1891-1893)*. Lisboa, 1974.

VALENTE, Vasco Pulido. *Os militares e a política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.